



**PAULA FERNANDA DE SOUZA
VASCONCELOS NAVARRO**

O REGIME DE PRECATÓRIOS NO BRASIL

**Do controle de
convencionalidade
às soluções para
o pagamento das
condenações
judiciais pelos
entes públicos
brasileiros**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026**

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Parte I: Dos Apontamentos Históricos às Regras atuais sobre o Regime Jurídico dos Precatórios no Brasil

1 Precatórios na História	9
2 Conceito	15
2.1 Dimensão constitucional	16
2.2 Dimensão processual	19
2.3 Dimensão financeira	21
3 Elementos Objetivos e Subjetivos.....	25
3.1 Elementos objetivos	25
3.1.1 Obrigações pecuniárias.....	25
3.1.2 Requisições de pequeno valor (RPV).....	27
3.1.3 Precatórios nas sentenças arbitral e estrangeira.....	34
3.2 Elementos subjetivos	38
3.2.1 Elementos subjetivos relativos ao devedor – entidades devedoras.....	38
3.2.1.1 Administração direta.....	40
3.2.1.2 Administração indireta.....	41
3.2.1.2.1 Autarquias e fundações públicas	41

3.2.1.2.2 Conselhos de fiscalização profissional.....	45
3.2.1.2.3 Empresas estatais	50
3.2.2 Elementos subjetivos relativos ao credor.....	52
3.2.2.1 Credores alimentares e não alimentares	53
3.2.2.2 Credores superpreferenciais	56
4 Regimes Jurídicos Constitucionais de Pagamento dos Precatórios....	61
4.1 Regime geral, comum ou ordinário	61
4.1.1. O regime ordinário dos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da EC n. 136	66
4.2 Regime especial ou de parcelamento	68
4.2.1 Uso dos depósitos judiciais no contexto da EC n. 136/2025....	80
4.3 Exceções ao regime de precatórios	81
4.3.1 Precatórios nas desapropriações.....	81
4.3.2 Precatórios e os acordos judiciais em processos em andamento.....	86
4.3.3 Precatórios nas ações coletivas	88
5 Situação Atual dos Precatórios no Brasil	91
5.1 O estado de coisas inconstitucional do regime especial de pagamento de precatórios.....	96

Parte II: Controle de Convencionalidade do Regime dos Precatórios

1 Direitos Humanos	105
2 Direitos Fundamentais.....	109

3 Tratados Internacionais e Direitos Humanos	113
3.1 A aplicação dos tratados internacionais no cenário nacional.....	120
4 Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Pacto de San José da Costa Rica	127
5 Controle de Convencionalidade.....	133
5.1 Controle de convencionalidade concentrado	137
5.2 Controle de convencionalidade difuso	138
6 Controle de Convencionalidade do Regime de Precatórios.....	141
6.1 O pagamento do precatório e o princípio da dignidade da pessoa humana	142
6.1.1 O papel do dinheiro nas sociedades modernas como garantidor da dignidade da pessoa humana	146
6.2 Mínimo existencial e o pagamento do precatório.....	150
6.3 Usurpação da propriedade privada.....	157
6.3.1 Conceito amplo de propriedade privada desenvolvido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).....	162
6.4 Ofensa ao princípio da razoável duração dos processos	163
6.5 Princípio da proteção processual.....	165
6.6 Princípio da proteção judicial	167
6.7 Ofensa ao princípio da separação de funções estatais.....	169
6.8 Dever de reparação integral	172
6.8.1 Dever de restituição	174
6.8.2 Dever de reabilitação	175
6.8.3 Dever de satisfação	177

6.8.4 Garantias de não repetição	177
6.8.5 Dano ao projeto de vida como passível de reparação	180
6.8.6 Transgeracionalidade do dano	183
7 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Casos Envolvendo o Não Pagamento das Condenações Judiciais pelo Estado Nacional.....	185
7.1 Análise de pedidos envolvendo o Brasil.....	185
7.2 Análise de pedidos envolvendo outros Estados integrantes do sistema interamericano	191
7.2.1 Caso Acevedo Buendía e outros (“demitidos e aposentados da Controladoria”) versus Peru	191
7.2.2 Caso Muelle Flores versus Peru	194
7.2.3.Caso Associação Nacional de Demitidos e Aposentados da Superintendência Nacional de Administração Tributária (Ancejub-Sunat) versus Peru	197
7.2.4. Caso Furlan e familiares versus Argentina	200
7.3 Conclusões da Corte interamericana sobre a mora no pagamento das condenações judiciais devidas pelo Poder Público	206

Parte III: Soluções Possíveis para o Regime dos Precatórios no Brasil

1 Precatórios como Indutor de Desenvolvimento Social	215
2 Vedação ao Retrocesso	223
2.1. Da inconveniência da prorrogação do regime especial e da limitação anual de repasses	233

3 Empréstimos Internacionais – O Banco Interamericano de Desenvolvimento	241
4 Operações de Desembolso com Descontos	249
4.1 Acordos com deságio entre o credor e a entidade devedora.....	249
4.2 As cessões de crédito de precatório	253
4.3 A compensação tributária de créditos com os precatórios	259
5 Plataforma de Resolução de Disputas	265
6 Painel de Transparência e o Papel do Conselho Nacional de Justiça...	267
7 Responsabilidade das Procuradorias na Gestão Adequada dos Processos Judiciais e na Aplicação de Precedentes Contra o Poder Público	271
7.1 A responsabilidade dos advogados públicos na gestão adequada dos processos judiciais.....	272
7.2 Desenvolvimento de estratégia de jurimetria	273
7.3 A responsabilidade dos advogados públicos na aplicação de precedentes contra o Poder Público.....	276
8 Atuação dos Tribunais de Contas	279
Conclusão	283
Referências.....	289